

POLITIZAÇÃO DA BUROCRACIA DE NÍVEL DE RUA: A PRESSÃO EM SUAS VÁRIAS FORMAS

Virginia Rocha

Fundação Getúlio Vargas

Lucas Almendra

Fundação Getúlio Vargas

Gabriela Lotta

Fundação Getúlio Vargas

Este artigo examina como os políticos exercem pressão sobre os burocratas de nível de rua para promover seus interesses, focando em quatro formas principais de politização: clientelismo (nomeações baseadas em lealdade), questões políticas (disputas ideológicas nas agendas públicas), pressões vindas de cima (interferência direta e críticas à burocracia) e candidaturas de burocratas a cargos públicos. Com base em uma revisão da literatura, o estudo abrange artigos nacionais e internacionais, particularmente em contextos polarizados e populistas. Nós sistematizamos essas pressões, seus vários efeitos (por exemplo, redução da colaboração na linha de frente, aumento do estresse e da desconfiança pública, portas giratórias) e estratégias de mitigação, resumidas em uma tabela abrangente. Os resultados destacam o papel do clientelismo na erosão da meritocracia, a ambiguidade dos conflitos políticos que prejudica a implementação, as pressões hierárquicas que fomentam disfunções durante as eleições e as candidaturas eleitorais que promovem plataformas corporativistas. As medidas de mitigação incluem a limitação de cargos comissionados, o aumento da transparência e da participação cidadã, o planejamento estratégico com treinamento em neutralidade e reformas institucionais para a independência burocrática. Em conclusão, o equilíbrio entre a responsividade política e a ética profissional é crucial para a governança democrática e a qualidade dos serviços, especialmente no nível local.

Palavras-chave: Burocracia; Politização; Patronagem; Temas de políticas públicas; Polarização.

Politicization of street-level bureaucracy: pressure in its various forms

This article examines how politicians exert pressure on street-level bureaucrats to advance their interests, focusing on four main forms of politicization: patronage (loyalty-based appointments), policy issues (ideological disputes in public agendas), top-down pressures (direct interference and bureaucratic bashing), and bureaucrats running for office. Drawing on a literature review, the study encompasses national and international papers, particularly in polarized and populist contexts. We systematize these pressures, their various effects (e.g., reduced frontline collaboration, increased stress and public distrust, revolving doors), and mitigation strategies, summarized in a comprehensive table. Results highlight patronage's role in eroding meritocracy, policy conflicts' ambiguity undermining implementation, hierarchical pressures fostering dysfunctions during elections, and electoral candidacies promoting corporatist platforms. Mitigation includes

Editado por:

André Marengo
Lisandro Abulatif

Revisado por:

Giordano Tronco

Este artigo foi submetido para
Analytics, uma seção da revista
Policy Making

Publicado: 21 Abr 2026

Como citar:

ROCHA, Virginia; ALMENDRA, Lucas; LOTTA, Gabriela. Politização da burocracia de nível de rua: a pressão em suas várias formas. *Policy Making*, Porto Alegre, v.1, p. 17-36, 2026.

limiting commissioned posts, enhancing transparency and citizen participation, strategic planning with neutrality training, and institutional reforms for bureaucratic independence. In conclusion, balancing political responsiveness with professional ethos is crucial for democratic governance and service quality, especially at street level.

Keywords: bureaucracy, politicization; patronage; policy issues; polarization.

Politicación de la burocracia de nivel de calle: la presión en sus diversas formas

Este artículo examina cómo los políticos ejercen presión sobre los burócratas de base para promover sus intereses, centrándose en cuatro formas principales de politicación: clientelismo (nombramientos basados en la lealtad), cuestiones políticas (disputas ideológicas en las agendas públicas), presiones desde arriba (interferencia directa y ataques burocráticos) y burócratas que se postulan para un cargo. A partir de una revisión de la literatura, el estudio cubre artículos nacionales e internacionales, particularmente en contextos polarizados y populistas. Nosotros sistematizamos estas presiones, sus varios efectos (p. ej., menor colaboración en la primera línea, mayor estrés y desconfianza pública, puertas giratorias) y estrategias de mitigación, resumidas en una tabla completa. Los resultados destacan el papel del clientelismo en la erosión de la meritocracia, la ambigüedad de los conflictos políticos que socava la implementación, las presiones jerárquicas que fomentan disfunciones durante las elecciones y las candidaturas electorales que promueven plataformas corporativistas. La mitigación incluye la limitación de puestos comisionados, el aumento de la transparencia y la participación ciudadana, la planificación estratégica con capacitación en neutralidad y reformas institucionales para la independencia burocrática. En conclusión, equilibrar la capacidad de respuesta política con la ética profesional es crucial para la gobernanza democrática y la calidad del servicio, especialmente a nivel de calle.

Palabras clave: Burocracia; Politización; Patronazgo; Cuestiones de políticas públicas; Polarización.

INTRODUÇÃO

De que formas os políticos podem exercer pressão na burocracia para garantir que seus interesses sejam atendidos? Este artigo procura responder a essa pergunta observando a relação entre políticos e burocratas de nível de rua. Analisamos quatro diferentes formas, apresentadas pela literatura, a partir das quais pode haver politicização da burocracia: a politicização por meio da patronagem, a politicização de *policy issues* (temas de política pública), a politicização por meio de pressões vindas “de cima”, isto é, de políticos, e a politicização que ocorre quando burocratas de nível de rua se candidatam a cargos políticos.

A análise acerca das relações entre políticos e burocratas caminhou junto do surgimento dos estudos específicos sobre os indivíduos que ocupam a máquina pública e procuravam expressar as preocupações a respeito da mistura dos papéis de ambos os grupos (Goodnow, 1900; Wilson, 1887). A partir de uma perspectiva weberiana, a literatura passou a compreender a aproximação entre políticos e burocratas como um processo conflituoso e inevitável e, a partir disso, passou a debater a necessidade de se cunhar uma administração pública que atendesse a critérios impessoais, profissionais e meritocráticos (Weber, 1919; 1921).

Com o passar das décadas e com o desenvolvimento do campo de estudos da burocracia, a literatura começou a compreender o processo de politicização como intrínseco à existência do

Estado e como um processo mútuo de hibridização, no qual se produzem não só a politização da burocracia, mas também a burocratização da política (Aberbach, Putnam e Rockman, 1981; Peters, 1995). Esses estudos viriam ainda a ganhar novos contornos com o surgimento de novos paradigmas de administração pública, como a Nova Gestão Pública (Olsen, 2006; Pollitt e Bouckaert, 2017) e o Estado Neoweberiano (Bouckaert, 2023; Papi, 2024).

Pesquisadores que olham para a relação entre burocratas e políticos têm concentrado sua discussão em torno de quatro principais tipos de manifestação da politização: (i) politização por patronagem, em que há a nomeação de burocratas leais à política que cooptam os demais servidores para fazer valer os interesses políticos das lideranças (Brierley, Lowande, Potter e Toral, 2023; Lewis, 2007; Panizza, Peters e Larraburu, 2022; Peters, 1995); (ii) politização a partir dos temas de políticas públicas (*policy issues*), na qual os políticos influenciam a burocracia por meio da criação de conflitos e ambiguidades em torno de temas de políticas (Lotta, 2025; Matland, 1995; Tatagiba, Abers e Silva, 2018); (iii) politização a partir de pressões vindas de cima, em que a burocracia é diretamente pressionada a tomar decisões de acordo com os interesses das lideranças políticas, mesmo que isso entre em conflito com os princípios da administração pública (Lotta, 2025; Garrett, Thurber, Fritschler e Rosenbloom, 2006; Bauer, Peters, Pierre, Yesilkagit e Becker, 2021); e (iv) politização a partir do processo de candidatura de burocratas a cargos políticos, dada a sua proximidade com o público e por conhecerem a máquina pública (Berlatto e Codato, 2014; Boas, Hidalgo, Kasahara e Menezes, 2024; Turner, 2024).

A literatura tem avançado consideravelmente no que concerne à análise dos efeitos e formas de mitigação desses diferentes tipos de politização, gerando impactos para a qualidade do governo e para os regimes democráticos (Bellodi, Morelli e Vannoni, 2023).

Dados os efeitos mais diretos da patronagem na burocracia no geral (Brierley *et al.*, 2023; Lewis, 2007) e também no nível de rua (Quintero, 2025; Lotta, 2025), a literatura apontava como maneiras de mitigação dos seus impactos a redução do número de cargos e a rigidez nos requisitos de qualificação (Lewis, 2007). No caso das *policy issues*, as pressões tornam as políticas ambíguas, o que pode reduzir sua eficácia e afetar a confiança no serviço público (Lipsky, 2010; Lotta *et al.*, 2023), procurando como estratégia de mitigação o fortalecimento de instâncias de controle interno e popular (Abramovay e Lotta, 2022). As pressões vindas de cima podem aumentar os conflitos dentro da burocracia (Bellodi *et al.*, 2023; Tavares, Story e Lotta, 2025), exigindo treinamentos internos que reforcem a adoção de princípios democráticos e planejamento estratégico de longo prazo como formas de mitigação dos efeitos das pressões (Bauer, 2025; Tavares, Story e Lotta, 2025). No caso dos burocratas concorrendo a cargos políticos, os efeitos mais encontrados foram o surgimento de plataformas corporativas e *revolving doors* com potencial de alterar o processo de implementação das políticas (Berlatto, Codato e Bolognesi, 2016), exigindo a adoção de reformas institucionais que preservem a neutralidade, independência burocrática e *accountability* eleitoral (Frey e Santarrosa, 2026; Slough, 2024).

Este artigo contribui para a literatura ao sistematizar as quatro formas principais de pressão supracitadas olhando mais especificamente para o nível da rua e apoiando-se na literatura nacional e internacional acerca do tema. Além de delinear mecanismos como a cooptação por meio de nomeações baseadas em lealdade política (Lewis, 2007; Panizza, Peters e Larraburu, 2022), a influência ideológica na agenda governamental em contextos polarizados (Matland, 1995; Tatagiba, Abers e Silva, 2018) e o *bureaucratic bashing* (Garrett *et al.*, 2006; Bauer *et al.*, 2021), a análise revela efeitos heterogêneos sobre a burocracia, como perda de confiança pública e estresse no ambiente de trabalho (Lotta *et al.*, 2023; Tavares, Story e Lotta, 2025), contrapostos a estratégias de mitigação como redução do número de cargos comissionados e reforço da *accountability* (Peters, 1995; Frey e Santarrosa, 2026).

Este artigo está dividido em cinco seções. Na primeira apresentamos um breve panorama histórico da literatura que discute a burocracia estatal e sua politização. A segunda seção discute os quatro diferentes tipos de pressão manifestados pela politização. Já a terceira seção procura debater os efeitos dos tipos de pressão discutidos. A quarta seção apresenta estratégias para mitigar os efeitos da politização na burocracia de nível de rua. E, por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais do estudo.

UM BREVE HISTÓRICO DA BUROCRACIA

As relações político-burocráticas sempre foram objeto de estudo tanto pela área da Administração Pública como pela Ciência Política. Primordialmente, os estudos dessas relações defendiam a separação estrita entre a administração e a política, justamente pelo surgimento do sistema de espólios (*spoils system*), devido à grande pressão do Poder Legislativo para garantir o atendimento de seus interesses no Executivo através da política de nomeações (Goodnow, 1900; Waldo, 1953; Wilson, 1887).

Originalmente específica ao contexto estadunidense, a necessidade pela separação entre ambas as instâncias se dava num contexto em que a burocracia não era fechada, nem profissional e nem meritocrática, mas detentora de uma lógica patrimonial (Nelson, 1982). Essa relação fazia com que a burocracia fosse remodelada a cada eleição, minando a continuidade de políticas públicas e criando uma lógica de dependência mútua entre as elites que buscavam o atendimento de seus interesses dentro do Estado e uma burocracia que dependia do poder de sua clientela para se desenvolver (Nelson, 1982).

Com o fortalecimento dos governos constitucionais do início do século XX, observou-se um processo lento e incremental de reconfiguração do aparato burocrático (Mahoney e Thelen, 2010), transicionando da lógica hereditária e patrimonialista para estruturas baseadas no mérito (Crooks e Parsons, 2016). O modelo weberiano, com normas e procedimentos previamente estabelecidos baseados na impessoalidade e no profissionalismo (Weber, 1919), expunha as tensões entre ambos os atores e argumentava que a legitimidade da burocracia se dava através da obediência às regras e não à população e ao processo eleitoral (Weber, 1921), criando assim um *ethos*, um espaço com elementos simbólicos característicos de seu ofício, que reforçavam os aparatos de dominação do Estado (Bourdieu, 1996).

Após a Segunda Guerra Mundial, movimentos sociais que contestavam diversos tipos de autoridade emergiram e moldaram a sociedade e, conseqüentemente, o pensamento dos indivíduos que ocupavam cargos públicos. Com o fim da guerra e o surgimento dos Estados de bem-estar social, a burocracia conquistou mais poder devido à necessidade de reconstrução dos países europeus (Olsen, 2006). A burocracia então deixa de ser lida como um meio de conformação social, ligada à mera execução de normas e procedimentos, e passa a ser analisada como uma instituição garantidora de direitos e dos princípios democráticos (Olsen, 2006).

Com o surgimento das principais teorias organizacionais oriundas do setor privado, que viviam à eficiência do uso de recursos, à redução da hierarquia e ao enriquecimento dos cargos (Olsen, 2006), consolidou-se o entendimento do caráter conflituoso intrínseco do processo de implementação no setor público (Matland, 1995). Já no caso da administração pública, o modelo das organizações públicas iria influenciar o conteúdo das políticas e os modos de operação, levando em consideração não apenas quesitos técnicos, mas também políticos, com regras formais e informais ligadas à cultura organizacional (Christensen, Lægreid e Røvik, 2007; Mahoney e Thelen, 2010).

A literatura passou então a enxergar e delinear a burocracia não mais apenas como mera exe-

cutora de ordens, mas sim como *policymakers* que detêm informações, *expertise* e preferências (Aberbach, Putnam e Rockman, 1981; Peters, 1995). Por conta dessa distinção, tanto burocratas como políticos passaram a disputar o campo do *policymaking*, seja no campo decisório e ideológico sobre a formulação e implementação das políticas, seja na gestão de conflitos (Aberbach, Putnam e Rockman, 1981).

Ainda no final do século XX, os estudos passaram a considerar a influência de contextos histórico-culturais como inerentes aos desenhos estruturais das burocracias em seus processos de politização (Peters, 1995; Cooper, 2021). Ainda que os estudos acerca das relações político-burocráticas do início do século enfatizassem a dicotomia entre política e burocracia, Peters (1995) argumentará que esta é uma “ficção útil” para ambos os atores, uma vez que ela tira a responsabilidade das decisões politicamente difíceis das mãos dos políticos e as joga para o campo burocrático, que detém as competências técnicas para a sua execução e que não tem suas ações penalizadas pelo voto.

Na realidade, não existe uma única elite que controla todo o governo, mas sim um “cartel burocrático” que produz consensos e que procura influenciar o governo (Peters, 1995). Sendo assim, a burocracia consegue “governar” a depender: (i) da disponibilidade de meios factíveis, ou seja, dos recursos disponíveis a ela; (ii) de como se dá a competição entre agências em torno do controle político, da busca pela autonomia e da direção das políticas públicas, disputando o controle e o desenho do planejamento, da implementação e das metas; e (iii) do acesso aos cargos diretivos e do controle das habilidades gerenciais (Peters, 1995).

Na década de 1990, com o surgimento da Nova Gestão Pública (*New Public Management* — NPM), fundada na eficiência do gasto público, o orçamento da burocracia foi drasticamente reduzido, o que retomou o debate acerca das disfunções burocráticas (Olsen, 2006). A NPM trazia novamente a ideia de uma suposta separação útil entre política e burocracia, mudando a lógica vocacionada da burocracia para a gestão profissional voltada a resultados (Drechsler, 2005; Ongaro, 2009). Essa mudança de paradigma fez com que o servidor público passasse a ser visto como um agente a serviço dos políticos eleitos, cuja legitimidade era verificada por meio da entrega de serviços de maneira eficiente (Jensen e Meckling, 1976), o que produziu um enfraquecimento do *ethos* público e a redução das capacidades de coordenação estatais (Pollitt e Bouckaert, 2017; Yesilkagit, Bauer, Peters e Pierre, 2024).

No início dos anos 2000, o mundo não chegou ao Estado mínimo, os orçamentos não diminuíram e a burocracia não se reduziu, mas sim se deslocou para outras áreas do Estado, tornando-se garantidora de direitos (Olsen, 2006). Com a emergência das instâncias de participação popular nos governos oriundas da Nova Governança Pública (*New Public Governance* — NPG), os burocratas passaram a ser reconhecidos como mediadores e coordenadores de redes, sendo vistos como coprodutores na formulação e implementação de políticas (Pestoff, Brandsen e Verschuerre, 2012). Essa alteração, que permitiu que burocratas lidassem diretamente com *stakeholders* (Bovaird e Löffler, 2003), fez com que estes passassem a lidar cotidianamente com valores conflitantes em múltiplas arenas decisórias (Pollitt e Bouckaert, 2017; Thomann, Hupe e Sager, 2018).

Por fim, as últimas alterações históricas nas relações entre burocracia e política se materializam no surgimento do Estado Neoweberiano (*Neo-Weberian State* — NWS), que procura unir o profissionalismo da burocracia weberiana à eficiência administrativa e à participação da sociedade (Bouckaert, 2023, 2025b; Byrkjeflot, du Gay e Greve, 2017; Papi, 2024). Essa dinâmica de união entre as três frentes acaba por inevitavelmente inserir a política na prática administrativa (Lotta, 2025), tentando equilibrar a modernização gerencial com a preservação da legalidade e da *accountability*, a vocação da burocracia meritocrática e a manutenção de regimes democráticos (Bauer, 2025; Bouckaert, 2025b; Moynihan, 2025; Nistotskaya, 2025).

QUATRO TIPOS DE PRESSÃO: DIFERENTES MANIFESTAÇÕES DA POLITIZAÇÃO

As relações entre burocracia e política nas poliarquias contemporâneas se dão no hibridismo de funções, especialmente no final do século XX, quando burocratas passam a internalizar lógicas políticas e políticos internalizam lógicas burocráticas (Aberbach, Putnam e Rockman, 1981), levando a uma politização da burocracia.

O fenômeno da politização é discutido de variadas formas na literatura especializada. Veit e Vedder (2023) identificam três formas gerais em que a politização pode se manifestar. A primeira delas concerne à seleção e à demissão de burocratas quando influenciadas não por critérios técnicos ou ligados ao mérito, mas sim por fatores políticos. Em seguida, a politização pode ocorrer por meio de fatores comportamentais, como, por exemplo, mudanças no conteúdo de *policy advice* dado por burocratas aos políticos. Por fim, a politização se materializa por meio da influência política sobre as regras e procedimentos burocráticos com o intuito de expandir o controle político sobre o aparato burocrático (Veit e Vedder, 2023).

Neste artigo, focamos majoritariamente neste último tipo de politização, isto é, aquela que concerne à influência ou ao controle exercidos sobre a burocracia por atores ligados ao governante e seus nomes de confiança (Lewis, 2008; Peters, 1995), seja por meio dos temas de política pública, por pressões exercidas de cima ou por patronagem. Também discutimos a politização que ocorre quando burocratas de nível de rua concorrem a cargos políticos (Boas, Hidalgo, Kasahara e Menezes, 2024; Kopecký *et al.*, 2016; Lotta, 2025).

Ademais, nosso escopo se concentra nos profissionais que atuam na linha de frente, em contato direto com cidadãos. Tais burocratas são muitas vezes peças estratégicas para os políticos justamente por serem indivíduos que estão presentes no cotidiano da população de determinadas áreas e também por muitas vezes estarem mais próximos da realidade social das comunidades em que estão inseridos (Lotta *et al.*, 2024; Bhavnani e Lee, 2018; Pepinsky, Pierskalla e Sacks, 2017; Lotta e Miranda, 2023).

Para lidar com os fardos administrativos (*administrative burdens*) (Moynihan, 2022), a burocracia pode resistir às pressões e aos ataques adotando diversas estratégias (O'Leary, 2019). Eles podem optar por não implementar determinada política aos moldes determinados pelo governo populista usando como justificativa a limitação imposta pela legislação ou pelos recursos disponíveis para o seu cargo (Lotta, Krieger, Cohen e Kirschbaum, 2024), ou ainda podem desenvolver mecanismos de *coping* no nível pessoal para lidar com as pressões laborais, tais como a aquiescência (Lotta *et al.*, 2024).

A seguir, discutimos quatro tipos específicos de politização da burocracia: politização via patronagem, politização por meio da pressão advinda de superiores, politização de *policy issues* e a politização pela inserção de burocratas na corrida eleitoral.

Política por patronagem

Uma das formas possivelmente mais conhecidas de politização é aquela que ocorre por meio da patronagem. Esse fenômeno ocorre quando servidores são selecionados não pelo mérito, mas de acordo com a discricionariedade de um ator político (Brierley, Lowande, Potter e Toral, 2023), utilizando a distribuição de recursos ou instrumentos de punição e incentivo como modo de garantir a lealdade desses profissionais (Lotta e Fernandez, 2025).

A patronagem pode ser vital para a manutenção do poder e do capital político das coalizões, como moeda de troca das negociações partidárias, especialmente quando pensada em atender à lógica de trocas de favores eleitorais (Lewis, 2007).

A politização pela patronagem é uma ferramenta para cooptar burocratas, fazendo-os deixarem de ser responsáveis à lei para serem responsáveis aos políticos (Peters, 1995). O controle político do quadro de funcionários, seja por meio de nomeações políticas ou pela alocação estratégica de servidores leais ao governo, é central (Bach, Hammerschmid e Löffker, 2020; Peters, 2013), permitindo a manipulação de uma política pública ou de seus dados no processo de avaliação (Boräng, Cornell, Grimes e Schuster, 2018), ou ainda promovendo ou penalizando burocratas alinhados à ideologia do partido no poder (Panizza, Peters e Larraburu, 2022).

Burocratas leais nomeados em diferentes contextos e países podem ativamente substituir critérios baseados no mérito por critérios políticos durante a formulação ou a implementação de uma determinada política (Dahlström e Niklasson, 2013; Ebinger, Veit e Fromm, 2019; Hustedt e Salomonsen, 2014, 2018; Loureiro, Abrucio e Rosa, 1998; Peters e Pierre, 2004). Especialmente no contexto dos países em desenvolvimento, a patronagem possui um papel central para a garantia das lealdades patrimoniais, o que produz mais força à lealdade ao regime em detrimento daquelas voltadas a técnicas objetivas, como proposto no modelo weberiano (Peters, 1995).

Política por temas de política pública (*policy issues*)

Outra maneira pela qual a politização pode se materializar é através dos temas de política pública. Essa prática se tornou mais comum após a ascensão recente de governos populistas autoritários que buscam reverter o processo democrático (Lotta, Piotrowska e Raaphorsts, 2024), que atuam na criação e no fortalecimento de narrativas que colocam grupos específicos da sociedade uns contra os outros (Iyengar, Lelkes, Levendusky, Malhotra e Westwood, 2019; Lotta, 2025).

A literatura já expôs o alto grau de politização e polarização em torno dos temas de política pública, especialmente no que concerne aos conflitos e à sua intensificação por parte dos políticos em torno desses temas (Matland, 1995; Silveira, Cohen e Lotta, 2024). As disputas em contextos polarizados podem, por sua vez, gerar impactos significativos na autoeficácia de profissionais da linha de frente, especialmente quando materializadas através de ataques políticos (Lotta, 2025; Lotta, Silveira e Fernandez, 2023; Thomann, James e Deruelle, 2024).

Esse tipo de politização ganha força quando os burocratas nomeados possuem forte poder de influência no processo decisório, articulando demandas e negociando consensos, objetivamente atuando como *policymakers* (Abrucio e Loureiro, 2018; Loureiro, Abrucio e Rosa, 1998). Parte da literatura classificou esse tipo de ação como ativismo institucional, especialmente para descrever a ação de militantes em cargos burocráticos com o intuito de transformar institucionalmente o Estado e garantir o atendimento de causas específicas no programa do governo (Codato, 2018; Tatagiba, Abers e Silva, 2018; Tatagiba e Teixeira, 2016), atuando em subsistemas (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014), podendo ser inclusive compreendidos como atores em coalizões de defesa (*advocacy coalitions*) (Sabatier e Jenkins-Smith, 1993).

Em casos mais severos, em que a politização de temas de política pública é instrumento de dominação por parte de lideranças populistas, esse tipo de estratégia é frequentemente associado ao ataque de políticas de equidade (Bouckaert, 2025a), criando quase um modelo de “politização funcional” em que se produzem políticas públicas através do recrutamento técnico, mas com finalidades ligadas aos interesses políticos desses líderes (Bach, 2025).

Política por pressão vinda de cima

Governos populistas autoritários frequentemente exercem pressão direta sobre os profissionais da linha de frente para garantir a implementação da agenda do líder, mesmo quando esta vai

contra os princípios que regem a administração pública em âmbito democrático (Lotta, 2025). Essa pressão pode se manifestar por meio do ataque ao *ethos* profissional com discursos que questionam a *expertise* técnica e o profissionalismo dos servidores (*bureaucrat bashing*) (Garrett *et al.*, 2006; Peters, 1995).

Ademais, políticos populistas autoritários tendem a marginalizar (*sidelining*), ignorar ou usar a burocracia. O *sidelining* pode ocorrer tanto por meio da substituição de burocratas técnicos por aqueles leais ao governo quanto pelo estabelecimento de estruturas paralelas ao aparato burocrático existente e pelo enfraquecimento de direitos trabalhistas e da independência dos servidores públicos (Bauer *et al.*, 2021). Quando não podem utilizá-la em prol de sua agenda, atacam os profissionais que resistem às tentativas de cooptação (Bersch, Lotta e Thomas, 2025; O’Leary, 2019), tratando-os como parte de uma “elite corrupta” ou de um “Estado profundo” (*deep state*) que age contra a população (Bauer, Peters e Pierre, 2021; Levitsky e Ziblatt, 2018).

As pressões podem impactar o comportamento dos burocratas de nível de rua, afetando a maneira com a qual exercem a sua discricionariedade (Lipsky, 1980; Zacka, 2018). Um exemplo é o caso dos policiais militares no Brasil que, de maneira discricionária, decidiam acerca da aplicação das regras de distanciamento social e/ou do uso de máscaras durante a pandemia de covid-19, demonstrando como a pressão discursiva do topo decisório altera a conduta dos profissionais na ponta (Lotta, 2025).

Essa pressão política pode ser intensificada em períodos eleitorais. A distribuição dos redutos eleitorais no nível municipal exerce forte influência no processo de politização; neste caso, os profissionais da linha de frente sofrem pressões para auxiliar regionalmente na campanha de vereadores e/ou prefeitos, atuando como intermediadores em troca da estabilidade em seu trabalho ou de recursos adicionais (Hoyler, 2022).

Política por burocratas se candidatando a cargos políticos

Para além das politizações que decorrem de ações advindas dos políticos, há diversos casos em que burocratas se candidatam a cargos políticos. Moharaj, Jena e Sahoo (2025), por exemplo, analisam os movimentos feitos por burocratas indianos entre 1984 e 2023 e encontram que uma parcela significativa desses profissionais escolhe se aposentar do serviço público e se lançar na política. Servidores que possuem maior alinhamento prévio com partidos políticos são mais propensos a fazer esse movimento, mas a propensão a ingressar na carreira política varia dentre diferentes áreas do serviço público.

O movimento de candidatura de policiais e professores a cargos políticos é um movimento de recente crescimento justamente pela necessidade de se defender os interesses de classe, garantindo valorização profissional e combatendo a precarização do trabalho (Ferreira *et al.*, 2024; Turner, 2024).

Os incentivos para entrar na política podem ser especialmente relevantes para servidores que atuam na linha de frente. Políticas sociais que dependem de certos critérios de elegibilidade, por exemplo, permitem alguma margem de discricionariedade burocrática e, assim, colocam profissionais da linha de frente em uma posição vantajosa para se candidatarem a cargos públicos. Na medida em que os burocratas de nível de rua têm interação direta com o público, eles acabam adquirindo certo *status* social (Boas *et al.*, 2024) e capacidade de influência sobre os usuários (Lipsky, 1980).

Um caso concreto foi o de servidores públicos que emitiam Declarações de Aptidão para que pequenos agricultores no Brasil pudessem receber benefícios do PRONAF. Análises indicam que tais servidores eram mais propensos a se candidatar a cargos públicos e tinham maior probabi-

lidade de vencer as eleições (Boas *et al.*, 2024). A tendência de crescimento de candidaturas de policiais, membros das Forças Armadas e bombeiros militares tem sido observada há mais de uma década (Berlatto e Codato, 2014).

EFEITOS DOS DIFERENTES TIPOS DE POLITIZAÇÃO

Por que a politização da burocracia importa? Diferentes formas de politização podem gerar consequências diversas para a burocracia em si, para a qualidade do governo e, em última instância, para a própria democracia (Bellodi, Morelli e Vannoni, 2023). Esses efeitos, no entanto, não são sempre deletérios. Toral (2023) encontra que a patronagem pode aumentar o nível de controle político sobre burocratas, garantindo melhor entrega de serviços públicos em países em desenvolvimento.

A patronagem promove uma mudança central no critério de mérito na burocracia. Se observados os tipos ideais weberianos, é necessário que a burocracia seja baseada no desenvolvimento de suas competências de maneira neutra, cunhada na ideia de que um administrador executa as ordens independentemente de sua ideologia (Weber, 1921). Se politizada, a burocracia passa a ser valorizada por sua competência responsiva às visões políticas do líder ou do partido no poder (Peters, 1995). Além disso, a politização leva ao aumento do número de nomeações políticas em cargos que antes eram reservados a servidores de carreira.

Discussões mais recentes sobre as consequências da patronagem têm movido o foco de suas análises da discricionariedade que permite aos *principals* a contratação via interesses políticos — sejam partidários ou por meio da contratação de servidores que sejam leais ao governo — para examinar em quais cargos a patronagem é mais incidente, havendo evidência de que isso ocorre com mais frequência em cargos de gestão do que para cargos da linha de frente (Brierley *et al.*, 2023).

Não obstante, há diversas evidências de que burocratas de nível de rua são afetados negativamente por práticas de patronagem. Quintero (2025), por exemplo, encontra que, enquanto a patronagem pode promover colaboração em posições de gestão, o efeito é diametralmente oposto para burocratas de nível de rua: patronagem reduz a colaboração entre profissionais da linha de frente. A patronagem também pode ter efeitos heterogêneos em diferentes níveis de governo. Resultados de um estudo na Nigéria indicam que a interferência política advinda da patronagem, embora presente nos três níveis de governo, é mais proeminente no nível estadual e, especialmente, municipal (Ezeudu e Okolie, 2025).

Já a politização por meio da pressão superior, crescentemente observada a partir do recorte de governos populistas e/ou autoritários, tem como consequência o desmoronamento da resistência burocrática a agendas antipluralistas (Bellodi *et al.*, 2023). Quando não se envolvem em estratégias para sabotar o governo, burocratas que se opõem a regimes populistas podem escolher deixar o governo, adotando uma estratégia de saída (*exit*) (Schuster, Mikkelsen, Correa e Shaling, 2022).

Ademais, quando a pressão vinda de cima decorre de contextos de eleições polarizadas, organizações públicas também podem ser afetadas, já que, com o recrudescimento da tensão política durante o período eleitoral, aumentam os comportamentos disfuncionais, como a intensificação de conflitos interpessoais que se exacerbam na presença de heterogeneidades ideológicas intraorganizacionais (Tavares, Story e Lotta, 2025). Há também evidências de que o alinhamento político de burocratas com o governo impacta o nível de satisfação e motivação dos servidores (Piotrowska, 2024).

Em termos de comportamentos contraproducentes no ambiente de trabalho, eleições polari-

zadas podem aumentar o nível de estresse vivenciado pelos servidores, que passam a priorizar demandas situacionais (Tavares, Story e Lotta, 2025). Esses efeitos negativos podem ser mais intensos quando os servidores não estão alinhados com o partido que vence as eleições. Nesse contexto, eles podem apresentar decréscimo mais acentuado no seu nível de engajamento após a divulgação do resultado das eleições (Beck e Shen, 2019).

A politização por meio da candidatura política de burocratas, por sua vez, tem consequências para a representação política. No Brasil, forças repressivas do Estado, incluindo policiais e membros do Exército, tendem a defender plataformas políticas que são essencialmente corporativistas (Berlato, Codato e Bolognesi, 2016).

Ademais, pouco sabemos sobre o que ocorre quando burocratas de nível de rua retornam ao serviço público após ingressarem na política. A literatura tem explorado um fenômeno similar nas esferas regulatórias através do conceito de *revolving doors* (portas giratórias), termo que originalmente designava a movimentação de ex-servidores públicos para a indústria de *lobby* nos Estados Unidos (Vidal, Draca e Fons-Rosen, 2012), mas que se expandiu para descrever a rotatividade entre setores público e privado. Esses estudos, contudo, concentram-se em altos escalões burocráticos e suas transições para o mercado, deixando inexplorado o que ocorre quando trabalhadores da linha de frente retornam aos seus postos.

Embora esse retorno seja mais difícil para servidores concursados, que frequentemente precisam se demitir para assumir mandatos eletivos, muitos burocratas de nível de rua ocupam cargos comissionados ou de livre nomeação, o que facilita seu retorno após o término da vida política. Esses burocratas, por exercerem funções com alto grau de discricionariedade e contato direto com cidadãos, levantam questões importantes: a experiência política altera seu comportamento na implementação de políticas? Utilizam sua posição para construir capital político visando futuras candidaturas? Tratam clientes de forma desigual com base em critérios eleitorais? Essas consequências permanecem pouco compreendidas.

Por fim, a disputa pelos temas das políticas públicas faz com que elas se tornem espaço de conflito intenso e as torna mais ambíguas, minando a capacidade de implementação por parte dos burocratas (Lipsky, 2010; Zacka, 2017; Matland, 1995). Adicionalmente, quando os técnicos se encontram num território de disputas ideológicas, a confiança dos cidadãos na burocracia é afetada negativamente, gerando atritos que podem evoluir para a violência direta contra os profissionais da linha de frente (Lotta, 2025; Lotta *et al.*, 2023).

Essas tensões criadas pela pressão exercida por políticos podem também reverberar na relação entre os profissionais da linha de frente e os cidadãos. Políticos autoritários podem imprimir retóricas que promovam ataques e o descrédito da burocracia em torno de uma política pública, tal como foi o caso da vacinação contra a covid-19 no Brasil (Alcadipani, Lotta e Cohen, 2021; Lotta, Fernandez, Pimenta e Wenham, 2021).

Dado que a confiança é um aspecto fundamental para a atuação da burocracia de nível de rua (Davidovitz e Cohen, 2022), essa dinâmica de ataque simultâneo — de políticos e da população — aos poucos leva à descrença em torno do serviço público e à escalada da violência (Davidovitz e Cohen, 2022; Spink, Lotta e Burgos, 2021).

ESTRATÉGIAS PARA MITIGAR OS EFEITOS DA POLITIZAÇÃO NOS BUROCRATAS DE NÍVEL DE RUA

Após discutir os efeitos dos diferentes tipos de politização vivenciados por burocratas de nível de rua, uma pergunta que naturalmente se segue é como diminuir tais efeitos. Partindo do primeiro tipo de politização discutido — a patronagem — uma das maneiras de se mitigar seus efei-

tos se dá por meio da redução do número de cargos de confiança disponíveis — especialmente no nível de rua —, da limitação do número de nomeações por departamento e do aumento da rigidez dos requisitos mínimos de qualificação para a ocupação dos cargos de nomeação (Lewis, 2007).

As alternativas para dirimir os efeitos da politização feita a partir dos temas de políticas públicas perpassam não somente a quebra do monopólio informacional dos burocratas, o aumento da transparência, o controle orçamentário das atividades da gestão e restrições normativas e éticas focadas na prevalência do “interesse público” (Peters, 1995), mas também preconizam a maior inserção da participação popular nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas (Abramovay e Lotta, 2022).

Para mitigar as pressões vindas de cima em contextos eleitorais polarizados e resistir às tendências autoritárias, faz-se necessário garantir equilíbrio entre legitimidade política e *expertise* burocrática (Abramovay e Lotta, 2022). Tavares, Story e Lotta (2025) identificam um conjunto de estratégias que podem ser adotadas nesse contexto. Essas ações incluem aumentar a estabilidade, especialmente em momentos de transição, por meio do estabelecimento de um planejamento estratégico de longo prazo. O estudo também enfatiza o papel da alta gestão que, se bem treinada e comprometida com a organização, pode ajudar a reduzir conflitos intraorganizacionais enfatizando performance e dirimindo tensão política ao promover neutralidade e sanção a comportamentos indevidos, como assédio.

Burocratas que atuam sob governos populistas enfrentam o dilema de seguir as políticas definidas pelo governo, atuando como executores das decisões do principal, ou resistir a tais políticas a fim de evitar contribuir com uma agenda iliberal. Para que esse dilema seja resolvido, é preciso revisitar os valores que regem os servidores, tais como neutralidade, lealdade e eficiência, ampliando a discussão para incluir fatores relacionados aos valores democráticos e de civismo. Em termos práticos, para que um papel de defesa da democracia seja exercido, é necessário que burocratas tenham independência para exercer seu trabalho e uma orientação normativa pró-democrática. Ainda, para além do controle externo, os modelos administrativos deveriam dar mais ênfase ao *enforcement* interno de normas democráticas (Bauer, 2025).

No caso da politização materializada através da candidatura de burocratas a cargos políticos, a literatura aponta que a melhor forma de se combater seus efeitos e impactos negativos se dá através da implementação de reformas institucionais que visem à preservação da neutralidade e da independência burocrática (Frey e Santarrosa, 2026) e à restauração da *accountability* eleitoral (Slough, 2024). Medidas como limitação de candidatura eleitoral para determinadas carreiras ou políticas de quarentena podem ser fundamentais nesse sentido. O Quadro 1, a seguir, resume os principais tipos de politização da burocracia discutidos neste artigo, bem como suas respectivas consequências e possíveis formas de dirimir esses efeitos

Quadro 1. Tipos de politização da burocracia organizados por definição, efeitos e formas de mitigação dos efeitos

ASPECTO	PATRONAGEM	POLICY ISSUES	PRESSÃO VINDA DE CIMA	CANDIDATURA A CARGOS POLÍTICOS
Definição	Nomeação de burocratas leais à política, com uso de incentivos e/ou punições para garantir lealdade e cooptar servidores (Brierley <i>et al.</i> , 2023; Lewis, 2007; Peters, 1995).	Influência política para implementar agendas pessoais e/ou partidárias em temas de políticas públicas, especialmente em contextos polarizados e criação de conflito em torno de temáticas (Lotta, 2025; Matland, 1995; Tataqiba, Abers e Silva, 2018).	Pressão direta de lideranças políticas para decisões alinhadas aos seus interesses, mesmo contra princípios administrativos, via ataques ao <i>ethos</i> ou <i>sidelining</i> (Bauer <i>et al.</i> , 2021; Garrett <i>et al.</i> , 2006; Lotta, 2025).	Burocratas de nível de rua se candidatam a cargos políticos, explorando proximidade com o público e conhecimento da máquina pública (Berlato e Codato, 2014; Boas <i>et al.</i> , 2024).
Resumo dos efeitos	Reduz colaboração no nível da rua, aumenta nomeações políticas, promove lealdade ao governo em detrimento do mérito; heterogêneo por níveis de governo (Brierley <i>et al.</i> , 2023; Ezeudu e Okolie, 2025; Quintero, 2025).	Torna políticas ambíguas e conflituosas, reduz autoeficácia e confiança pública na burocracia, gera violência contra burocratas (Lipsky, 2010; Lotta, 2025; Lotta <i>et al.</i> , 2023).	Reduz resistência democrática, aumenta estresse, conflitos e disfuncionalidades em períodos eleitorais; leva burocratas a sair ou sabotar (Bellodi <i>et al.</i> , 2023; Tavares, Story e Lotta, 2025).	Plataformas corporativistas; <i>revolving doors</i> potenciais alteram implementação; desigualdades no tratamento dos usuários do serviço (Berlato, Codato e Bolognesi, 2016).
Formas de mitigação dos efeitos	Redução do número de cargos de confiança, limitação de nomeações por departamento, rigidez em requisitos de qualificação específicos (Lewis, 2007).	Quebra de monopólio informacional, transparência, controles orçamentários e/ou éticos, maior participação popular (Abramovay e Lotta, 2022; Peters, 1995).	Planejamento estratégico de longo prazo, treinamento gerencial focado em neutralidade, enforcement interno de normas democráticas (Bauer, 2025; Tavares, Story e Lotta, 2025).	Reformas institucionais para preservar neutralidade e independência burocrática, restauração de <i>accountability</i> eleitoral (Frey e Santarrosa, 2026; Slough, 2024).

Fonte: Elaboração própria.

CONCLUSÃO

Neste artigo, buscamos compreender de que formas os políticos podem exercer pressão na burocracia para garantir que seus interesses sejam atendidos. Essa é uma questão central e inerente às poliarquias contemporâneas, particularmente em contextos de polarização. Para desenvolver esse debate, nos debruçamos sobre a politização da burocracia de nível de rua manifestada por meio da patronagem, das disputas por *policy issues*, por pressões hierárquicas vindas de cima e por candidaturas políticas de servidores.

Esses mecanismos não só comprometem a neutralidade e a *expertise* técnica dos profissionais da linha de frente, como também repercutem na qualidade dos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e na confiança da população perante o Estado,

podendo se agravar consideravelmente em contextos de retrocesso democrático.

Os efeitos identificados — desde a redução da colaboração interpessoal e intersetorial e o aumento das pressões laborais até o risco de *revolving doors* e *bureaucrat bashing* — demandam reformas institucionais urgentes, como limitação de cargos de confiança, reforço dos mecanismos de transparência pública nas nomeações, planejamento estratégico de longo prazo e fortalecimento interno de normas democráticas.

Ao detalhar diferentes formas de politização com enfoque nos burocratas de nível de rua, este artigo contribui para o debate sobre politização de duas formas. Em primeiro lugar, o trabalho oferece uma contribuição teórica por meio da breve sistematização das definições e efeitos de diferentes formas de pressão política. Em segundo lugar, o artigo compila um conjunto de estratégias de mitigação já discutidas pela literatura, trazendo assim recomendações práticas de como dirimir as consequências negativas da politização da burocracia de nível de rua.

É importante destacar que esses impactos não se limitam à burocracia, comprometendo também a qualidade governamental, a entrega de serviços e a própria democracia, ao fomentar a desconfiança e a instabilidade dos governos. Os achados apontam para a necessidade de se equilibrar a responsividade política com o profissionalismo weberiano, sem substituir a necessidade de produções acadêmico-científicas futuras com dados longitudinais para avaliar a eficácia dessas estratégias em cenários de alta volatilidade política. Pesquisas futuras também poderão examinar potenciais consequências negativas da politização que permanecem pouco exploradas, como a possibilidade de *revolving doors* na burocracia de nível de rua.

REFERÊNCIAS

ABERBACH, J. D.; PUTNAM, R. D.; ROCKMAN, B. A. *Bureaucrats and politicians in western democracies*. Harvard University Press, 1981.

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, v. 57, p. 325-357, 2014.

ABRAMOVAY, P.; LOTTA, G. *A democracia equilibrista: políticos e burocratas no Brasil*. Companhia das Letras, 2022.

ALCADIPANI, R.; LOTTA, G.; COHEN, N. Natural born violence? Understanding street-level bureaucrats' use of violence: police officers and protests. *Public Administration Review*, v. 84, n. 1, p. 100–114, 2024.

BACH, T. The functional politicisation of the merit civil service. In: BOUCKAERT, G.; HONDEGHEM, A.; STEEN, T.; VAN DE WALLE, S. (orgs.). *Futures for the public sector*. Leuven: Leuven University Press, 2025. p. 309-322.

BACH, T.; HAMMERSCHMID, G.; LÖFFLER, L. More delegation, more political control? *Public Policy and Administration*, v. 35, n. 1, p. 3-23, 2020.

BARR, R. R. Populists, outsiders and anti-establishment politics. *Party Politics*, v. 15, n. 1, p. 29-48, 2009.

BAUER, M. W. Strategies for democratic public administration. In: BOUCKAERT, G.; HONDEGHEM, A.; STEEN, T.; VAN DE WALLE, S. (orgs.). *Futures for the public sector*. Leuven: Leuven University Press, 2025. p. 25–44.

BAUER, M. W.; BECKER, S. Democratic backsliding, populism, and public administration. *Perspectives on Public Management and Governance*, v. 3, n. 1, p. 19–31, 2020.

BAUER, M. W.; PETERS, B. G.; PIERRE, J. Pathways to administrative resilience. *STG Policy Analysis*, n. 3, 2021.

BAUER, M. W.; PETERS, B. G.; PIERRE, J.; YESILKAGIT, K. Introduction: populists, democratic backsliding, and public administration. In: *Democratic backsliding and public administration: how populists in government transform state bureaucracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 1-21.

BECK, J. W.; SHEN, W. The effects of US presidential elections on work engagement and job performance. *Applied Psychology*, v. 68, n. 3, p. 547-576, 2019.

BELLODI, L.; MORELLI, M.; VANNONI, M. A costly commitment: populism, economic performance, and the quality of bureaucracy. *American Journal of Political Science*, v. 68, n. 1, p. 193-209, 2024.

BERLATTO, F.; CODATO, A. Candidatos policiais na política nacional: uma análise dos aspirantes a deputado federal. *Newsletter Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil*, v. 1, n. 7, 2014.

BERLATTO, F.; CODATO, A.; BOLOGNESI, B. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 21, p. 77-120, 2016.

BERSCH, K.; LOTTA, G. S.; THOMAS, D. Bureaucratic resistance and its limits in Bolsonaro's Brazil. In: In: SANTOS, A. A. de S.; HATZIKIDI, K. (org.). *The faces of authoritarianism and strategies of dissent in contemporary Brazil*. UCL Press, 2025. p. 65-86.

BHAVNANI, R. R.; LEE, A. Local embeddedness and bureaucratic performance: evidence from India. *The Journal of Politics*, v. 80, n. 1, p. 71–87, 2018.

BOAS, T. C.; HIDALGO, F. D.; KASAHARA, Y.; MENEZES, M. Policies make politicians: intermediaries, state benefits, and political entrepreneurship in Brazil. *The Journal of Politics*, v. 86, n. 4, p. 1221-1234, 2024.

BORÄNG, F.; CORNELL, A.; GRIMES, M.; SCHUSTER, C. Cooking the books: bureaucratic politicization and policy knowledge. *Governance*, v. 31, n. 1, p. 7-26, 2018.

BOUCKAERT, G. The Neo-Weberian State: from ideal type model to reality? *Max Weber Studies*, v. 23, n. 1, p. 13-59, 2023.

- BOUCKAERT, G. Looking at futures for the public sector. *Futures for the Public Sector*. In: BOUCKAERT, G.; HONDEGHEM, A.; STEEN, T.; VAN DE WALLE, S. (orgs.). *Futures for the public sector*. Leuven: Leuven University Press, 2025a. p. 15-23.
- BOUCKAERT, G. Which futures for the public sector? In: BOUCKAERT, G.; HONDEGHEM, A.; STEEN, T.; VAN DE WALLE, S. (orgs.). *Futures for the public sector*. Leuven: Leuven University Press, 2025b. p. 381-395.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Papirus, 1996.
- BOVAIRD, T.; LÖFFLER, E. Evaluating the quality of public governance: indicators, models and methodologies. *International Review of Administrative Sciences*, v. 69, n. 3, p. 313-328, 2003.
- BRIERLEY, S.; LOWANDE, K.; POTTER, R. A.; TORAL, G. Bureaucratic politics: Blind spots and opportunities in political science. *Annual Review of Political Science*, v. 26, p. 271-290, 2023.
- BYRKJEFLOT, H.; DU GAY, P.; GREVE, C. What is the 'Neo-Weberian State' as a regime of public administration?. In: ONGARO, E.; VAN THIEL, S. (org.). *The Palgrave handbook of public administration and management in Europe*. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2017. p. 991-1009.
- COOPER, C. A. Politicization of the bureaucracy across and within administrative traditions. *International Journal of Public Administration*, v. 44, n. 7, p. 564-577, 2021.
- CROOKS, P.; PARSONS, T. H. *Empires and bureaucracy in world history: from Late Antiquity to the twentieth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- CHRISTENSEN, T.; LÆGREID, P.; RØVIK, K. A. *Organization theory and the public sector: instrument, culture and myth*. Routledge, 2020.
- DAHLSTRÖM, C.; NIKLASSON, B. The politics of politicization in Sweden. *Public Administration*, v. 91, n. 4, p. 891-907, 2013.
- DAVIDOVITZ, M.; COHEN, N. Playing defence: the impact of trust on the coping mechanisms of street-level bureaucrats. *Public Management Review*, v. 24, n. 2, p. 279-300, 2022.
- DRECHSLER, W. The rise and demise of the new public management. *Post-autistic economics review*, n. 33, p. 17-28, 2005.
- EBINGER, F.; VEIT, S.; FROMM, N. The partisan-professional dichotomy revisited. *Public Administration*, v. 97, n. 4, p. 861-876, 2019.
- EZEUDU, T. S.; OKOLIE, C. A. Systemic impacts of policy formation on street-level bureaucracy in Nigeria. *International Journal of Research and Innovation in Social Science*, v. 9, n. 3, p. 2568-2589, 2025.

- FERREIRA, A. M.; LÔBO, Í. M.; MORAES, L. F.; LOUZADA, M. C. M.; LOZÓRIO, M. Z. A.; SILVA, P. R. O.; JUNQUEIRA, R. C.; MACIEL, R. C. A.; ANDRIÃO, S. Z. A formação continuada: necessidade permanente no contexto educacional atual. *International Contemporary Management Review*, v. 5, n. 3, p. 1-18, 2024.
- FREY, A.; SANTARROSA, R. The politicization of bureaucrats: evidence from Brazil. *The Journal of Politics*, v. 88, n. 2, p. 000-000, 2026.
- GARRETT, R. S.; THURBER, J. A.; FRITSCHLER, A. L.; ROSENBLOOM, D. H. Assessing the impact of bureaucracy bashing by electoral campaigns. *Public Administration Review*, v. 66, n. 2, p. 228-240, 2006.
- GEDDES, B. *Politician's dilemma: building state capacity in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1994.
- GOODNOW, F. J. *Politics and administration: a study in government*. Routledge, 2017.
- HOYLER, T. L. *Representação política e conexão territorial: uma etnografia de vereadores e brokers em São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.
- HUSTEDT, T.; SALOMONSEN, H. H. Ensuring political responsiveness: Politicization mechanisms in ministerial bureaucracies. *International Review of Administrative Sciences*, v. 80, n. 4, p. 746-765, 2014.
- HUSTEDT, T.; SALOMONSEN, H. H. From neutral competence to competent neutrality? Revisiting neutral competence as the core normative foundation of Western bureaucracy. In: BYRKJEFLOT, H.; ENGELSTAD, F. (org.). *Bureaucracy and society in transition: Comparative perspectives*. Emerald Publishing Limited, 2018. p. 69-88.
- IYENGAR, S.; LELKES, Y.; LEVENDUSKY, M.; MALHOTRA, N.; WESTWOOD, S. J. The origins and consequences of affective polarization in the United States. *Annual Review of Political Science*, v. 22, n. 1, p. 129-146, 2019.
- JENKINS-SMITH, H. C.; SABATIER, P. A. The study of public policy processes. In: LEE, P. R.; ESTES, C. L. (org.). *The Nation's Health*. Massachusetts: Jones and Bartlett Publishers, 1993. p. 135-142.
- JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, p. 305-360, 1976.
- KOPECKÝ, P.; MEYER SAHLING, J.-H.; PANIZZA, F.; SCHERLIS, G.; SCHUSTER, C.; SPIROVA, M. Party patronage in contemporary democracies: Results from an expert survey in 22 countries from five regions. *European Journal of Political Research*, v. 55, n. 2, p. 416-431, 2016.
- LIPSKY, M. *Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public service*. Russell Sage Foundation, 2010.

- LOTTA, G. S. Politicisation and populism: The future of the frontline of public service. In: BOUCKAERT, G.; HONDEGHEM, A.; STEEN, T.; VAN DE WALLE, S. (orgs.). *Futures for the public sector*. Leuven: Leuven University Press, 2025. p. 193-210.
- LOTTA, G.; LIMA, I. A.; FERNANDEZ, M.; SILVEIRA, M. C. A resposta da burocracia ao contexto de retrocesso democrático: uma análise da atuação de servidores federais durante o Governo Bolsonaro. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 40, p. e266094, 2023.
- LOTTA, G. S.; FERNANDEZ, M. Shaping the Streets: The Dynamics of Political Appointees in Street-Level Bureaucracy and Service Delivery. In: NIETO-MORALES, F.; GÓMEZ-ÁLVAREZ, D.; GONZÁLEZ, C. P. (org.). *The politics of public appointments in Latin America: Who Holds the Keys?*. Cham: Palgrave Macmillan, 2025. p. 139-152.
- LOTTA, G.; FERNANDEZ, M.; PIMENTA, D.; WENHAM, C. Gender, race, and health workers in the COVID-19 pandemic. *The Lancet*, v. 397, n. 10281, 2021.
- LOTTA, G.; KRIEGER, M. G. M.; COHEN, N.; KIRSCHBAUM, C. Not separate, but certainly unequal: The burdens and coping strategies of low-status street-level bureaucrats. *Governance*, v. 37, n. 3, p. 907-926, 2024.
- LOTTA, G. S.; MIRANDA, J. R. Navigating Between the State and the Community: Stories from Community Health Workers. In: EDWARDS, L. H.; HENDERSON, A. C.; SOWA, J. E.; ZAVATTARO, S. M. (org.). *Portraits of Public Service: Untold Stories from the Front Lines*. Nova York: SUNY Press, 2023. p. 19-36.
- LOTTA, G. S.; PIOTROWSKA, B.; RAAPHORST, N.). Introduction “street-level bureaucracy, populism, and democratic backsliding”. *Governance*, v. 37, p. 5-19, 2024.
- LOTTA, G.; SILVEIRA, M. C.; FERNANDEZ, M. Ações e reações: mecanismos de opressão à burocracia e suas diferentes estratégias de reação. In: GOMIDE, A. de A.; SILVA, M. M. de S. e; LEOPOLDI, A. (org.). *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2023. p. 501-527.
- LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; ROSA, C. A. Radiografia da alta burocracia federal brasileira: o caso do Ministério da Fazenda. *Revista do Serviço Público*, v. 49, n. 4, p. 47-83, 1998.
- MAHONEY, J.; THELEN, K. A theory of gradual institutional change. In: MAHONEY, J.; THELEN, K. (org.). *Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-37, 2010.
- MATLAND, R. E. Synthesizing the implementation literature: The ambiguity-conflict model of policy implementation. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 5, n. 2, p. 145-174, 1995.
- MOYNIHAN, D. The politics of administrative burden. In: SAGER, F.; LADNER, A. *Handbook on the politics of public administration*. Edward Elgar Publishing, 2022. p. 114-124.

- MOYNIHAN, D. Undermining the administrative state: The case of the United States. In: BOUCKAERT, G.; HONDEGHEM, A.; STEEN, T.; VAN DE WALLE, S. (orgs.). *Futures for the public sector*. Leuven: Leuven University Press, 2025. p. 59–74.
- MOHARAJ, P.; JENA, A.; SAHOO, D. From Administration to Governance: Understanding the Transition of Indian Bureaucrats into Politics. *Indian Journal of Public Administration*, v. 71, n. 4, p. 688-700, 2025.
- MUDDE, C. Riding the fourth wave. *IPPR Progressive Review*, v. 26, n. 4, p. 296-304, 2020.
- NELSON, M. A short, ironic history of American national bureaucracy, *The Journal of Politics*, v. 44, n. 3, p. 747-778, 1982.
- NISTOTSKAYA, M. The future of bureaucratic merit. In: BOUCKAERT, G.; HONDEGHEM, A.; STEEN, T.; VAN DE WALLE, S. (org.). In: BOUCKAERT, G.; HONDEGHEM, A.; STEEN, T.; VAN DE WALLE, S. (orgs.). *Futures for the public sector*. Leuven: Leuven University Press, 2025. p. 289–308.
- O'LEARY, R. *The ethics of dissent: Managing guerrilla government*. CQ Press, 2019.
- OLSEN, J. P. Maybe it is time to rediscover bureaucracy. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 16, n. 1, p. 1-24, 2006.
- ONGARO, E. *Public management reform and modernization: Trajectories of administrative change in Italy, France, Greece, Portugal and Spain*. Edward Elgar Publishing, 2009.
- PANIZZA, F. E.; PETERS, B. G.; LARRABURU, C. R. Introduction: the Issue of Patronage in Latin America. In: PANIZZA, F. E.; PETERS, B. G.; LARRABURU, C. R. (org.). *The Politics of Patronage Appointments in Latin American Central Administrations*. University of Pittsburgh Press, 2022. p. 3–30.
- PAPI, L. P. *O neoweberianismo para além da Europa: uma operacionalização para pesquisas e aplicação no Brasil*. Brasília: Enap, 2024.
- PEPINSKY, T. B.; PIERSKALLA, J. H.; SACKS, A. Bureaucracy and service delivery. *Annual Review of Political Science*, v. 20, n. 1, p. 249–268, 2017.
- PESTOFF, V.; BRANDSEN, T.; VERSCHUERE, B. (orgs.). *New public governance, the third sector and co-production*. Londres: Routledge, 2012.
- PETERS, B. G. *The politics of the bureaucracy*. Nova York: Longman Publishers, 1995.
- PETERS, B. G. Politicisation: What is it and why should we care?. In: NEUHOLD, C.; VANHOONACKER, S.; VERHEY, L. (org.). *Civil servants and politics: A delicate balance*. Londres: Palgrave Macmillan, 2013. p. 12-24.
- PETERS, B. G.; PIERRE, J. Politicization of the Civil Service: Concepts, Causes Consequences In: PETERS, B. G.; PIERRE, J. (org.). *Politicization of the civil service in comparative perspective: the quest for control*. Routledge, 2004. p. 1-13.

PIOTROWSKA, B. M. Street-level bureaucracy and democratic backsliding. Evidence from Poland. *Governance*, v. 37, p. 127-151, 2024.

POLLITT, C.; BOUCKAERT, G. *Public management reform: A comparative analysis-into the age of austerity*. Oxford University Press, 2017.

QUINTERO, S. *The bureaucratic politics of networks: How patronage shapes intergovernmental collaboration (Working Paper)*. Londres: Inglaterra, 2025. Disponível em: https://squinterosuarez.wordpress.com/wpcontent/uploads/2025/10/patronage_networks-2.pdf

SCHUSTER, C.; MIKKELSEN, K. S.; CORREA, I.; MEYER-SAHLING, J. Exit, Voice, and Sabotage: Public Service Motivation and Guerrilla Bureaucracy in Times of Unprincipled Political Principals. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 32, n. 2, p. 416-435, 2021.

SILVEIRA, M. C.; COHEN, N.; LOTTA, G. Are Bureaucrats' Interactions With Politicians Linked to the Bureaucrats' Policy Entrepreneurship Tendencies?. *Policy Studies Journal*, v. 52, n. 3, p. 533-559, 2024.

SLOUGH, T. Bureaucratic Quality and Electoral Accountability. *American Political Science Review*, v. 118, n. 4, p. 1931-1950, 2024.

SPINK, P.; LOTTA, G. S.; BURGOS, F. Institutional vulnerability and trust in public agencies: Views from both sides of the street. *Governance*, v. 34, n. 4, p. 1057-1073, 2021.

TATAGIBA, L.; ABERS, R. N.; SILVA, M. K. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: PIRES, R. R. C.; LOTTA, G. S.; OLIVEIRA, V. E. de (org.). *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília: Ipea, 2018. p. 105-138.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 58, p. 85-102, 2016.

TAVARES, G. M.; STORY, J.; LOTTA, G. Bureaucrats in Campaigns: Elections Increase Dysfunctional Behaviors Among Civil Servants. *Public Administration Review*, p. 1-13, 2025.

THOMANN, E.; HUPE, P.; SAGER, F. Serving many masters: Public accountability in private policy implementation. *Governance*, v. 31, n. 2, p. 299-319, 2018.

THOMANN, E.; JAMES, O.; DERUELLE, T. Interventions to reduce bureaucratic discrimination: a systematic review of empirical behavioural research. *Public Management Review*, p. 1-28, 2024.

TORAL, G. How Patronage Delivers: Political Appointments, Bureaucratic Accountability, and Service Delivery in Brazil. *American Journal of Political Science*, v. 68, n. 2, p. 797-815, 2023.

TURNER, J. R. The People's Captain: Understanding Police Officers as an Electoral Brand. *Political Research Quarterly*, v. 77, n. 3, p. 992-1009, 2024.

VEIT, S.; VEDDER, S. Measuring civil service politicization with career data: Backstage and frontstage political experience of top civil servants in the German ministerial administration. *Public Administration*, v. 102, n. 3, p. 1119-1136, 2023.

VIDAL, J. B.; DRACA, M.; FONS-ROSEN, C. Revolving door lobbyists. *American Economic Review*, v. 102, n. 7, p. 3731-3748, 2012.

WALDO, D. Development of theory of democratic administration. *American Political Science Review*, v. 46, n. 1, p. 81-103, 1952.

WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. Editora Cultrix, 2011.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

WILSON, W. The study of administration. *Political Science Quarterly*, v. 2, n. 2, p. 197-222, 1887.

YESILKAGIT, K.; BAUER, M.; PETERS, B. G.; PIERRE, J. The Guardian State: Strengthening the public service against democratic backsliding. *Public Administration Review*, v. 84, n. 3, p. 414-425, 2024.

ZACKA, B. *When the state meets the street*. Cambridge: Harvard University Press, 2017.